

TÍTULO V
DOCUMENTO DO PROJETO**Artigo 6**

1. As atividades a serem desenvolvidas ao amparo deste Programa Executivo serão realizadas de acordo com Programas Regionais, por meio de documentos de projeto que serão formulados pelas Instituições Cooperantes Brasileiras, pela FAO e pelos países interessados, a partir de demandas apresentadas previamente por esses países. Tais documentos de projeto deverão explicitar seus objetivos, resultados, metas, estratégia de implementação, vigência, cronograma de execução, orçamento e suas respectivas fontes, matriz lógica e mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação.

2. Os Projetos Regionais poderão ser revisados periodicamente, desde que as Partes considerem necessário.

TÍTULO VI
DIREÇÃO E COORDENAÇÃO**Artigo 7**

Os Projetos Regionais contarão com dois responsáveis, um situado no Brasil e o outro no escritório regional correspondente da FAO, os quais serão indicados respectivamente pelo Governo brasileiro e pela FAO.

Artigo 8

1. Será estabelecido um Comitê Consultivo do Programa Executivo, composto de representantes da ABC/MRE, das Instituições Cooperantes Brasileiras e da FAO, com vistas a:

a) analisar os resultados alcançados pelos Projetos Regionais;

b) discutir e identificar novas propostas e oportunidades de cooperação entre o Brasil e a FAO nos países em desenvolvimento, e

c) participar da resolução de controvérsias.

2. O Comitê Consultivo do Programa Executivo se reunirá ao menos uma vez ao ano, ou a pedido de alguma das Partes. A primeira reunião será realizada 60 dias após a assinatura do presente Programa Executivo.

3. Será estabelecido um Comitê Técnico Consultivo específico no âmbito de cada Projeto Regional, em conformidade com os termos de cada documento de Projeto Regional.

TÍTULO VII
ORÇAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA**Artigo 9**

1. As responsabilidades das Partes com relação à administração e execução orçamentária e financeira serão especificadas nos documentos de projetos, em conformidade com as regras e procedimentos da FAO.

2. A FAO não dará início às atividades que serão implementadas no âmbito dos respectivos Projetos Regionais, antes de ter recebido os fundos correspondentes para a sua execução.

3. Os documentos de projeto, os quais deverão ser assinados pela FAO e pelo Brasil, bem como pelo governo beneficiário do projeto, incluirão as cláusulas necessárias para a recepção, execução e prestação de contas dos recursos financeiros.

TÍTULO VIII
PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO FINAL**Artigo 10**

A FAO prestará contas à ABC/MRE e às Instituições Cooperantes Brasileiras dos recursos aplicados nos Projetos Regionais derivados do presente Programa Executivo, mediante relatórios financeiros apresentados semestralmente, com detalhamento dos gastos realizados durante o período, no formato do orçamento aprovado pela FAO.

TÍTULO IX
PESSOAL A SER CONTRATADO**Artigo 11**

A seleção e contratação de consultores para realização de serviços especializados para atender a atividades do Programa Executivo será realizada segundo normas da FAO. A ABC/MRE e as Instituições Cooperantes Brasileiras não terão relação jurídica de qualquer natureza com os contratados.

TÍTULO X
CRÉDITOS AOS PARTICIPANTES E PROPRIEDADE INTELECTUAL**Artigo 12**

1. Os direitos de propriedade intelectual, incluindo os direitos de autor e patentes relacionados a novos produtos desenvolvidos no âmbito dos projetos e atividades resultantes do presente Programa Executivo poderão ser compartilhados pelo Governo brasileiro, pela FAO e pelos Governos dos países beneficiários. As Partes terão, de forma independente, o direito de publicar, reproduzir, adaptar, traduzir e distribuir, sem fins comerciais, o trabalho protegido, em todo ou em parte, que tenha sido produzido após a aprovação e durante a vigência do presente Programa Executivo.

2. A FAO terá o direito de uso não-exclusivo, sem pagamento de royalties, dos materiais e conhecimentos utilizados nos projetos e atividades executados ao amparo do presente Programa Executivo que sejam de propriedade ou que tenham sido desenvolvidos por instituições brasileiras e não poderá, de nenhuma forma, autorizar seu uso por terceiros, sem o consentimento escrito do Governo brasileiro.

3. Fica expressamente proibido incluir ou expor de qualquer forma, quando da reprodução, publicação ou difusão das ações e atividades executadas no marco do presente Programa Executivo, assim como nos textos e produtos derivados do mesmo, nomes, marcas, símbolos, logotipos, combinações de cores, signos ou imagens que impliquem uma promoção individual ou uma apropriação privada com fins de lucro.

TÍTULO XI
MODIFICAÇÃO**Artigo 13**

Mediante o consentimento mútuo entre as Partes, o presente Programa Executivo poderá ser alterado por meio de emendas.

TÍTULO XII
SUSPENSÃO E EXTINÇÃO**Artigo 14**

1. Os Projetos Regionais poderão ser suspensos caso ocorra o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas, tais como:

a) utilização dos recursos em desacordo com os objetivos acordados entre as Partes do presente Programa Executivo;

b) interrupção das atividades em razão da indisponibilidade de recursos;

c) não apresentação dos relatórios de progresso nos prazos estabelecidos; e

d) baixo desempenho operacional e técnico em um período superior a doze meses de implementação, atestado em relatório de desempenho aprovado pela ABC/MRE, pelas Instituições Cooperantes Brasileiras e pela FAO.

2. A FAO poderá a qualquer momento dar por concluído o projeto regional correspondente mediante notificação por escrito ao Brasil, caso, a seu juízo, ocorra um acontecimento alheio ao controle da FAO que a impossibilite de cumprir as obrigações contraídas em virtude do presente Programa Executivo.

3. As Partes concordam que, caso não sejam sanadas quaisquer das causas de não cumprimento acordadas e descritas anteriormente, o presente Programa Executivo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes, mediante notificação. A denúncia passará a ter efeito 90 (noventa) dias após a data de notificação.

4. As obrigações contraídas pelas Partes em razão do presente Programa Executivo perdurarão após o término do mesmo pelo tempo necessário para permitir a conclusão ordenada das atividades, a retirada do pessoal, dos fundos e da propriedade, a liquidação das contas entre as Partes no Programa Executivo e o cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas em relação a qualquer membro do pessoal subcontratado, consultor ou provedor.

TÍTULO XIII
VIGÊNCIA**Artigo 15**

O presente Programa Executivo entrará em vigor na data da sua assinatura e terá duração de sete (7) anos, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

TÍTULO XIV
AUDITORIA**Artigo 16**

As contas e os relatórios financeiros sobre os serviços executados diretamente pela FAO no âmbito dos Projetos Regionais serão apresentados em dólares norte-americanos e estarão sujeitos exclusivamente aos procedimentos de auditoria interna e externa previstos no Regulamento Financeiro da FAO.

TÍTULO XV
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**Artigo 17**

Controvérsias relativas à interpretação ou à execução deste Programa Executivo serão resolvidas por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

TÍTULO XVI
PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES**Artigo 18**

Nenhuma das provisões deste Programa Executivo deve ser interpretada como renúncia implícita a quaisquer privilégios e imunidade dispensados à FAO por força dos atos internacionais celebrados com o Governo da República Federativa do Brasil.

TÍTULO XVII
DISPOSIÇÕES GERAIS**Artigo 19**

Nas questões não previstas no presente Programa Executivo, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29 de dezembro de 1964, bem como da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, de 2 de fevereiro de 1946.

Feito em Buenos Aires, em 28 de março de 2012, em 2 (dois) exemplares originais, em português e em espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
Diretor-Geral

Ministério de Minas e Energia**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA****RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 19 DE JUNHO DE 2012**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no artigo 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 3.555. Processo nº 48500.002314/2012-84. Interessada: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Eletrosul, as áreas de terra, situadas numa faixa de 25 metros de largura, necessárias à implantação do seccionamento da linha de transmissão Camboriú Morro do Boi - Biguaçu, circuito trifásico, 138 kV, 0,12 quilômetros de extensão, na subestação Tijuca, de propriedade da Celesc Distribuição S.A., no Município de Tijuca, Estado de Santa Catarina. Fica a interessada autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Nº 3.556. Processo nº 48500.002272/2012-81. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da CHESF, as áreas de terra, com 7,178 ha, necessárias à implantação da subestação Nossa Senhora do Socorro, 230/69 kV (6,0 ha), e respectiva estrada de acesso (1,178 ha), localizada no Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe. A interessada fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da desapropriação prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Nº 3.557. Processo nº 48500.002466/2012-87. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Município de Recife, no Estado de Per-